



Serviço Público Federal
Ministério do Turismo
Secretaria Especial da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenação Técnica do IPHAN-SP

PARECER TÉCNICO nº 390/2021/COTEC IPHAN-SP/IPHAN-SP

ASSUNTO: Parecer Técnico da Superintendência do IPHAN em São Paulo sobre a Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil ao Jongo no Sudeste.

REFERÊNCIA: Proc. 01450.001872/2021-92

São Paulo, 15 de outubro de 2021.

I. Introdução

Este Parecer Técnico trata da reavaliação do bem cultural denominado “Jongo no Sudeste” no âmbito do estado de São Paulo e tem por finalidade atender ao Artigo 6º da Resolução IPHAN nº 5, de 12 de julho de 2019, que regulamenta o processo administrativo de reavaliação para a Revalidação do título de patrimônio cultural do Brasil dos bens culturais Registrados pelo IPHAN.

O Jongo no Sudeste é uma manifestação cultural que envolve percussão de tambores, cantos e danças. Sua prática está originalmente associada a grupos humanos oriundos de diversas regiões do continente africano, que chegaram ao território brasileiro na condição de escravizados. Atualmente, os principais detentores e mantenedores desse bem cultural são os descendentes desses grupos, que o reivindicam como forte marcador de sua identidade.

O processo de Registro do Jongo no Sudeste foi oficialmente finalizado em 15/12/2005, data da inscrição do bem no Livro de Registro das Formas de Expressão. A pesquisa realizada para o dossiê de Registro apontou a existência de detentores do Jongo nos quatro estados da região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. À época, a maior parte dos grupos de Jongo que se encontrava em atividade situava-se no estado do Rio de Janeiro.

Passados mais de 15 anos desde o reconhecimento oficial do Jongo como patrimônio cultural brasileiro é possível afirmar que suas condições de produção e reprodução mudaram bastante, ampliando consideravelmente o cenário descrito nas pesquisas realizadas para o dossiê de Registro. No texto a seguir, preocupamo-nos em apresentar um quadro das principais mudanças observadas entre os grupos de Jongo do estado de São Paulo ao longo desse período.

Todavia, antes de discutir as questões referentes ao Jongo, é importante apresentar algumas informações sobre o trabalho de produção deste Parecer Técnico. Pode-se dizer que, no estado de São Paulo, os detentores estão fortemente envolvidos com o processo de salvaguarda do Jongo. Todas as tratativas relacionadas a esse assunto se dão diretamente com as lideranças jongueiras – as mestras e os mestres que estão à frente de cada comunidade – organizadas a partir de uma rede colaborativa, a “rede do Jongo paulista” (nome não-oficial, mas que se refere à maneira como os próprios detentores descrevem a sua organização).

Atualmente, essa rede é constituída por 11 comunidades jongueiras, a saber: Comunidade Jongo Tiduca (Cananeia), Jongo Crioulo (Taubaté), Jongo Caboclo (Lagoinha), Jongo Dito Ribeiro (Campinas), Jongo Filhos da Semente (Indaiatuba), Comunidade Jongo Embu das Artes (Embu das Artes), Jongo de Piquete (Piquete), Grupo de Jongo Mistura da Raça (São José dos Campos), Jongo do Tamandaré (Guaratinguetá), Comunidade Jongo Zabelê (Cubatão) e Jongo dos Guaianás (São Paulo). O conjunto das lideranças dessas comunidades compõe o comitê local de gestão da salvaguarda.

Conforme preconiza a política brasileira de patrimônio imaterial, dialogamos diretamente com essas lideranças durante o trabalho de produção deste Parecer. De nossa parte, buscamos informações que nos ajudassem a compreender a trajetória, a estrutura e a organização de cada comunidade, o lugar que cada uma ocupa nessa rede e como tudo isso se reflete no movimento de salvaguarda do Jongo no estado de São Paulo.

Entre os meses de julho e agosto de 2021 nos encontramos com essas lideranças por diversas vezes, fazendo uso dos recursos de videoconferência para manter o distanciamento social e preservar a saúde de todos. A primeira reunião ocorreu no dia 28/07 e teve caráter geral, com a presença de todos os representantes das comunidades jongueiras. Na ocasião, apresentamos as diretrizes do processo de Revalidação de bens culturais imateriais e pactuamos os procedimentos para a produção de um documento técnico que proveria subsídios para esse processo. De forma resumida, foi acordada a realização de uma série de entrevistas com as lideranças jongueiras com a finalidade de levantar as informações de que precisávamos para a produção do documento técnico. Após finalizado, esse documento técnico seria devolvido àquelas lideranças, para que pudessem opinar sobre o seu conteúdo.

As semanas seguintes foram dedicadas à realização das entrevistas. Todas as conversas foram realizadas de forma remota, utilizando a plataforma Jitsi Meet (<https://meet.jit.si>) que permite a gravação das sessões. No total, foram entrevistadas 14 lideranças de 8 comunidades: Alessandra Ribeiro (Jongo Dito Ribeiro, de Campinas), Gilberto Augusto da Silva e Élica Castro (Jongo de Piquete, Piquete), Daniel Rodrigues (Comunidade Jongo Tiduca, Cananeia), Jociara de Souza (Jongo Filhos da Semente, Indaiatuba), Laudeni de Souza, Márcia Cunha e Luciana Carvalho (Grupo de Jongo Mistura da Raça, São José dos Campos), Aline Damásio, André Luiz e Lúcia Maria (Jongo do Tamandaré,

Guaratinguetá), Solemar Cristina Medeiros (Comunidade Jongo Embu das Artes, Embu das Artes), Juliana Clabunde e Marco Tuim (Comunidade Jongo Zabelê).

Considerando que tínhamos uma série de questões a responder sobre o universo do Jongo paulista, as conversas com as lideranças foram conduzidas a partir de questionários semiestruturados e trataram, basicamente, da trajetória – de vida e no Jongo – de cada liderança, a história da comunidade, a prática do Jongo, os desafios enfrentados e as estratégias construídas no dia a dia para manter a manifestação cultural, o processo de salvaguarda e as expectativas quanto ao futuro do Jongo e sua salvaguarda. Os depoimentos obtidos nessa etapa nos ajudaram a esboçar um panorama sobre a transformação da prática ao longo dos últimos 15 anos, ao mesmo tempo em que nos proveu de uma visão mais próxima da realidade de cada comunidade jongueira e suas especificidades. Vale ressaltar que os dados obtidos durante essa etapa do trabalho extrapolaram os objetivos mais diretos deste Parecer e do processo de Revalidação, e serão de grande valor para a atuação do IPHAN na sequência do processo de salvaguarda.

Para além das entrevistas com as lideranças, também fizemos uso da documentação disponível no arquivo e na biblioteca da Superintendência do IPHAN em São Paulo, além de outros acessos:

- Dossiê IPHAN 5: Jongo no Sudeste (Brasília, 2007);
- Parecer nº 001/GI/DPI/IPHAN - Registro do Jongo no Livro de Registro das Formas de Expressão do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial, elaborado por Marcus Vinícius Carvalho Garcia;
- Parecer ao Processo nº 01450.005763/2004-43, elaborado pelo Conselheiro Roque de Barros Laraia;
- Processo nº 01506.002666/2008-30 (Acompanhamento do plano de salvaguarda do Jongo no Sudeste);
- Processo nº 01506.005431/2012-86 (Ações de salvaguarda do Jongo no Sudeste – 2 volumes);
- Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste (Rio de Janeiro, 2011);
- Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste, Comunidade Jongo Dito Ribeiro (Campinas, 2016);
- Resultados do Grupo de Trabalho e Gestão do Plano de Salvaguarda da Comunidade Jongo Dito Ribeiro (Campinas, 2018);
- Processo SEI 01506.001543/2019-34 - 32ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (2019)
- Pontão de Cultura Jongo/Caxambu (UFF), disponível em <http://www.pontaojongo.uff.br/>, acesso em 20/09/2021.
- Jongo dos Guaianás (Documentário), Alvo Video All, YouTube, disponível em https://youtu.be/qrq_Pm83GYI, acesso em 01/10/2021.
- Conversas, Mirongas e Tambus (Série com 7 episódios), Centro de Referência Jongo Dito Ribeiro, YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/channel/UC8wjnmaNH5U6V9TREY65W0A/featured>, acesso em 10/10/2021.
- Mulheres, Tambores e Cabaças (transmitido em 12 ago 2021), Encontros Populares Periféricos: Práticas e Tradições em Meio a Pandemia, Sesc Campinas, YouTube, disponível em <https://youtu.be/Qa69sM8Jtps>, acesso em 12/09/2021.
- II Encontro de Tambores - Jongo do Tamandaré (Documentário), Mucambos de Raiz Nagô/TZÉ Filmes, YouTube, disponível em https://youtu.be/Lk3_nwcw28E, acesso em 28/08/2021.
- V ENCONTRO PAULISTA DE JONGUEIROS GUARATINGUETÁ, YouTube, disponível em <https://youtu.be/v02Cck2i1nI>, acesso em 02/10/2021.
- XI Encontro de Jongueiros Paulista (transmitido de 18 a 20 dez 2020), Zabelê Cubatão, YouTube, disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCVjP8GvNZziHRQbFdIvG0zg/videos>, acesso em 20/08/2021.
- XI Encontro de Jongueiros Paulista, Jongo Paulista, disponível em <https://www.jongopaulista.com.br/>, acesso em 10/10/2021.
- Vivência e bate-papo com Mestre André Jongo da Tamandaré (Partes 1 e 2, transmitido em 5 mai 2021), Mucambos de Raiz Nagô, YouTube, disponível em <https://youtu.be/lznSHBIN1k0> e <https://youtu.be/qvooQJnRvBw>, acesso em 20/08/2021.
- Comunicado do Resultado Final do Edital ProAC Nº 22/2019 – Produção e Publicação de Obras sobre Patrimônio Histórico e Cultural Material e Imaterial, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Governo do Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.proac.sp.gov.br/wp-content/uploads/22RF2019.pdf>, acesso em 15/08/2021.
- Resultado Final do Edital ProAC Nº 23/2017 – Concurso de Apoio a Projetos de Promoção das Culturas Populares e Tradicionais no Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Governo do Estado de São Paulo. Disponível em http://201.55.6.39/StaticFiles/SEC/edital/23_rf17_.pdf, acesso 15/08/2021.
- FERREIRA, Beatriz Santana (2018). SARAVÁ DITO RIBEIRO: memórias e salvaguarda do jongo em Campinas. (Dissertação) Mestrado em História Social, PUC-São Paulo.
- SANTOS JUNIOR, Wilson & MARTINS, Alessandra Ribeiro. (2011). A senzala salvando a casa grande: o caso da Fazenda Roseira. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo (PUC-MG). 18. 41-56.
- GUIDI, Rebecca De Luna (2012) Valores negociados: a salvaguarda do jongo-caxambu. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Niterói: UFF.
- Maria Luiza Dias Oliveira (2018). Os Encontros de Jongueiros: Identidade e Articulação do Jongo. (Dissertação) Programa de Pós-Graduação em História. Niterói: UFF.
- GIESBRECHT, Érica (2011). O Passado Negro: a incorporação da memória negra da cidade de Campinas através das performances de legados musicais. (Tese) Pós-Graduação em Música. Campinas: Unicamp.
- Permissão de uso da Casa de Cultura Fazenda Roseira e 12º Arraial Afro Julino. Comunidade Jongo Dito Ribeiro, Wordpress, 26 jul 2015. Disponível em <https://comunidadejogoditoribeiro.wordpress.com/2015/07/26/permisso-de-uso-da-casa-de-cultura-fazenda-roseira-e-12o-arraial-afro-julino/>, acesso em 20/07/2021.
- Fazenda Roseira é furtada e fica sem energia elétrica. ACidadeON Campinas, 15 out 2018. Disponível em <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1379930,fazenda+roseira+e+furtada+e+fica+sem+energia+eletrica.aspx>, acesso em 20/07/2021.
- Fazenda Roseira sofre novo incêndio em área de mata. Correio, 10 ago 2021. Disponível em <https://correio.rac.com.br/campinas-e-rmc/2021/08/1113462-fazenda-roseira-sofre-novo-incendio-em-area-de-mata.html>, acesso em 10/08/2021.

A seguir, trataremos das questões referentes ao trabalho de reavaliação para fins de Revalidação do bem cultural. Inicialmente falamos sobre a presença das comunidades jongueiras paulistas no processo de Registro e sua posterior participação na elaboração do Plano de Salvaguarda (2011) – período crucial para a consolidação da rede do Jongo paulista e o estabelecimento de um processo de salvaguarda específico para o Jongo no estado de São Paulo. Em seguida, faremos um balanço sobre as ações desenvolvidas até o presente no estado de São Paulo, com especial ênfase nos possíveis impactos da salvaguarda para a sustentabilidade do bem cultural.

II. O processo de Registro e os primeiros passos da salvaguarda

O Jongo foi declarado patrimônio cultural brasileiro em 2005 e inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão. Todo o processo de Registro foi fundamentado na pesquisa realizada para a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Jongo, pesquisa essa que foi desenvolvida pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), unidade especial ligada ao DPI/IPHAN. O INRC do Jongo foi produzido entre setembro de 2001 e abril de 2005 por diferentes equipes de trabalho e finalizado em maio de 2005. Importante ressaltar que todo o levantamento de campo para a produção do Inventário foi realizado no estado do Rio de Janeiro. À época, foram identificados 15 grupos de Jongo em três estados: Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, embora a pesquisa tenha concentrado seus esforços no contato com os grupos situados no Rio de Janeiro.

Inventariar as danças do tipo “Jongo” apenas no estado do Rio de Janeiro foi uma das opções metodológicas adotadas pelos pesquisadores naquela ocasião. A outra foi delimitar o estudo em acordo com as seguintes diretrizes: 1.) trabalhar inicialmente com as comunidades ligadas à Rede de Memória do Jongo e; 2.) apontar a existência de danças relacionadas em São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais para eventual atuação em etapas posteriores da pesquisa (Ficha de Identificação do Bem Inventariado, p. 3). No entanto, essa etapa que deveria complementar o Inventário não foi realizada de maneira sistemática, o que nos impõe algumas limitações de acesso a informações sobre o cenário do Jongo paulista na época do Registro.

A questão mais controversa se refere aos lugares de ocorrência do Jongo no estado de São Paulo. Na Ficha de Identificação do Bem Inventariado do INRC os pesquisadores apontam a existência de jogueiros nas cidades de Capivari, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Piquete, Piracicaba, São Luiz do Paraitinga e Tietê. Já o Dossiê de Registro, publicado pelo IPHAN em 2007, especifica que foram identificadas e contatadas seis comunidades jogueiras situadas em cinco municípios: Cunha, Guaratinguetá (duas comunidades), Lagoinha, Piquete e São Luiz do Paraitinga. Em outro trecho, o texto do dossiê de Registro menciona a existência de Jongo nos municípios de Aparecida do Norte, Areias (onde também seria chamado de Angona), Bananal, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro e Taubaté. Como será mostrado mais adiante, hoje não temos notícias sobre ocorrência de Jongo na maior parte das cidades mencionadas nas pesquisas.

As informações sobre os grupos paulistas apresentada no Inventário e no dossiê de Registro provém, em sua maior parte, da documentação produzida pelo pesquisador Paulo Dias e pela Associação Cultural Cachueira!, que haviam desenvolvido alguns trabalhos com o Jongo do Tamandaré, de Guaratinguetá. Vale mencionar um dos resultados mais interessantes dessa parceria, que foi o documentário “Feiticeiros da palavra: o Jongo do Tamandaré” (Direção: Rubens Xavier, 56 minutos, 2001, disponível em https://youtu.be/59_LjJR4jqk). O filme traça um percurso histórico do Jongo a partir da memória dos seus mestres mais velhos, recorrendo a depoimentos e reconstituições de época que remetem ao Brasil colonial. Enfoca os tempos do cativo, quando o Jongo era uma forma de comunicação cifrada entre os escravos e ao mesmo tempo um instrumento mágico (na forma das temidas “demandas”, duelos de poesia onde o poder das palavras era capaz de enfeitiçar).

Por outro lado, as comunidades jogueiras paulistas passaram a participar de forma efetiva na articulação e elaboração do plano de salvaguarda, iniciada em 2006. Logo no primeiro encontro – realizado na sede do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, no Rio de Janeiro – estiveram presentes representantes das comunidades de Piquete, Guaratinguetá, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga e São José dos Campos. Porém, essa composição foi alterada ao longo do tempo e quando o Plano de Salvaguarda foi finalmente concluído, em 2011, o jongo paulista estava representado pelas comunidades de Campinas, Piquete, São José dos Campos e Guaratinguetá (Associação Quilombolas de Tamandaré).

Em 2021, a rede do Jongo paulista está composta por 11 comunidades de 11 municípios diferentes. A Associação Quilombolas de Tamandaré, que possui longo histórico de participação nos debates sobre o Registro e o plano de salvaguarda, afastou-se das atividades da rede nos últimos anos. Quanto ao Jongo de São Luiz do Paraitinga, a situação é mais delicada: após o falecimento de Mestre Raizeiro, em 1996, a prática foi diminuindo a tal ponto que hoje se diz que o Jongo está “dormente” no município (termo que os detentores utilizam para indicar que as estruturas e os descendentes dos antigos jogueiros ainda estão no local, embora não se observe sua prática regular, mas que em algum momento futuro há de “despertar”). O Jongo está presente na memória daqueles que o praticavam, mas eles alegam não haver interesse das novas gerações na sua manutenção.

Sobre a situação dos outros locais onde a pesquisa inicial apontava a existência de jogueiros, apenas em Taubaté observamos a presença de uma comunidade. Quanto aos demais, não obtivemos informações e nem mesmo os próprios jogueiros da rede têm notícias sobre a ocorrência do Jongo ou a existência de detentores.

III. Jogueiros e IPHAN no processo de salvaguarda em São Paulo

Nos anos que seguiram ao Registro, as ações relacionadas à salvaguarda do Jongo estiveram concentradas no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), o IPHAN e comunidades jogueiras dos quatro estados do Sudeste. Esse formato priorizava o planejamento de ações mais estruturais, que beneficiassem o Jongo como um todo e de forma unificada, e menos voltadas a ações locais ou regionais. Essa abordagem foi importante para compor, entre os detentores, uma visão integrada do Jongo como bem cultural que transcende fronteiras territoriais, cuja salvaguarda dizia respeito a todos. Além de ajudar no intercâmbio entre os detentores – relação que já existia entre os jogueiros, mas foi intensificada durante o projeto –, o Pontão de Cultura foi um pivô para o início do diálogo entre as superintendências do IPHAN e as comunidades jogueiras, dando visibilidade às suas demandas locais.

Quando as atividades do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu foram encerradas – com o fim do convênio firmado entre o IPHAN e a UFF – havia uma indicação dos caminhos a seguir nos planos locais. Neste sentido, a publicação do Plano de Salvaguarda do Jongo no Sudeste (2011), como resultado do trabalho de articulação e escuta realizado no Pontão, foi uma ferramenta importante. Em São Paulo, as principais demandas trazidas pelas comunidades estavam relacionadas à constituição do que, à época, se chamava de centros de referência para cada um dos grupos. Do que se pode depreender nos registros da época, a ideia era ligeiramente diferente do que seriam os Centros de Referência de Bens Registrados preconizados pelo IPHAN. Tais centros de referência locais compreendiam a aquisição de espaço e equipamentos onde as comunidades pudessem desenvolver atividades relacionadas à prática do Jongo. Ou seja, além de abrigar a prática do Jongo, esses centros de referência funcionariam como centros de promoção da manifestação cultural para o público amplo. Uma das principais tarefas da superintendência do IPHAN em São Paulo seria, portanto, estabelecer diálogo com os poderes públicos municipais a fim de construir parcerias para efetivar essa ação.

A primeira – e, até o momento, única – experiência exitosa nesse sentido se deu no município de Campinas, numa parceria que envolveu a comunidade Jongo Dito Ribeiro e a Secretaria Municipal de Cultura, em 2013. A demanda relacionava-se a um equipamento público que fora ocupado e era mantido pela comunidade desde 2008: a sede da antiga Fazenda Roseira, um imóvel instalado num amplo terreno na região periférica da cidade. O IPHAN participou ativamente das negociações com a prefeitura de Campinas pela cessão oficial do espaço à

comunidade e simultaneamente lançou edital de chamamento público para apoiar a constituição de um Centro de Referência do Jongo nesse local. Por fim, a cessão oficial do imóvel à comunidade se deu por meio de Decreto municipal editado em julho de 2015.

Para além dessa ação específica (que será detalhada em outro ponto deste parecer), a parceria do IPHAN com a rede do Jongo paulista contribuiu para o desenvolvimento de atividades ligadas à mobilização e articulação das comunidades (entre si e com o IPHAN) e à difusão do universo cultural do Jongo. Relacionadas ao primeiro grupo, podemos citar as reuniões de articulação da salvaguarda do Jongo e o apoio ao Encontro de Jongueiros Paulista, eventos que já fazem parte do calendário do Jongo em São Paulo e possuem periodicidade anual. No segundo grupo estão as atividades de promoção realizadas em 2014, que incluíam o lançamento de um CD com pontos de Jongo das comunidades paulistas, camisetas e bolsas customizadas com a logomarca de cada comunidade e uma exposição fotográfica, realizada na sede da superintendência do IPHAN em São Paulo e, posteriormente, no Parque do Povo, em São José dos Campos, onde ocorreu o Encontro de Jongueiros do Sudeste em dezembro daquele ano.

Posteriormente, em 2016, foi realizada uma oficina sobre elaboração e gestão de projetos culturais, uma experiência-piloto para construirmos uma proposta de capacitação sistemática dos detentores em temas que considerem relevantes para que tenham autonomia na gestão do processo de salvaguarda (projetos culturais, produção audiovisual, formalização institucional etc.). A diminuição significativa dos recursos orçamentários, aliada ao aumento da demanda por parte de outros processos de salvaguarda de bens registrados (levando ao aumento da disputa pelos recursos escassos), fez com que não houvesse desdobramentos a partir dessa experiência.

Ainda assim, ações importantes continuam a acontecer. Dentre elas, as reuniões de articulação da salvaguarda, realizadas sempre no segundo semestre do ano (geralmente entre os meses de setembro e outubro), são uma oportunidade de reunir os detentores, contando sempre com a presença de duas lideranças de cada comunidade participante da rede do Jongo paulista. Essas reuniões constituem um momento de reflexão sobre as possibilidades de atuação das partes – IPHAN, detentores e outros parceiros – e marcam o planejamento das ações para o exercício seguinte. Nos últimos dois anos, temos tentado incluir também as Jovens Lideranças Jongueiras, coletivo que reúne jongueiros de até 29 anos para debater os temas que lhes são pertinentes, e que tem se tornado cada vez mais pró-ativo no sentido de incluir novas pautas e renovar as tradições do Jongo.

É preciso enfatizar que, do ponto de vista da continuidade, as atividades de mobilização e articulação dos próprios detentores têm ocupado lugar de destaque entre as ações de salvaguarda do Jongo no estado de São Paulo. Dentre essas ações, o Encontro de Jongueiros Paulista firmou-se como um dos acontecimentos mais importantes no que diz respeito à articulação das comunidades jongueiras. Trata-se de um grande evento, com regularidade anual, que reúne membros de todas as comunidades jongueiras que compõem a rede paulista numa enorme celebração do Jongo, promovendo a aproximação entre os integrantes dos vários grupos e possibilitando a articulação de ações conjuntas com o objetivo de promover o bem cultural. Além do encontro e da convivência, há também os momentos de debate sobre a política de patrimônio, quando as lideranças se encontram para planejar o calendário comum de atividades. Esse evento é organizado pelos próprios detentores, que buscam firmar parcerias com as secretarias locais de educação, cultura e turismo e obter recursos através dos editais de fomento à cultura. Por essa razão, o IPHAN se constituiu como um dos principais apoiadores da ação, providenciando transporte aos integrantes das comunidades jongueiras até o local do evento e de volta para casa, contribuindo, assim, para viabilizar a participação de todos e que o encontro atinja seus objetivos.

As decisões sobre as ações ou atividades realizadas em parceria com a rede do Jongo são previamente submetidas às lideranças das comunidades e debatidas, preferencialmente, com todo o grupo. Esse procedimento pode acontecer esporadicamente – quando surge uma demanda pontual ou urgente – ou na reunião de alinhamento da salvaguarda, quando há espaço para discussão de uma pauta mais extensa. Nos dois últimos anos (2020 e 2021), as reuniões presenciais foram interrompidas e adotou-se o formato online, prevalecendo as discussões de acordo com a demanda.

Se por um lado a relação e a interação entre as comunidades jongueiras paulistas tem se intensificado ao longo da última década, por outro as ações de caráter interestadual se tornaram mais escassas. Desde o 13º Encontro de Jongueiros do Sudeste – realizado no município de São José dos Campos, em 2014, reunindo cerca de mil pessoas de 40 comunidades dos quatro estados da região Sudeste –, as atividades envolvendo jongueiros de vários estados se restringiram à reunião geral de alinhamento das ações de salvaguarda, realizada em dezembro de 2018, em Belo Horizonte (MG), e ao Encontro Estadual de Jongueiros do Espírito Santo, realizado em 2019 e para o qual foram convidados dois representantes de cada estado do Sudeste para acompanhar o evento e compartilhar suas experiências com a salvaguarda.

É possível afirmar, com certa segurança, que esse distanciamento regional ocorreu por duas razões: a diminuição do orçamento institucional destinado às ações de salvaguarda do Jongo (por razões várias, que não cabe discutir neste parecer) e o amadurecimento dos processos locais de salvaguarda. As demandas específicas das comunidades jongueiras em cada estado absorveram a maior parte dos esforços e dos recursos (financeiros e humanos) destinados ao processo de salvaguarda do bem cultural. Isso nos coloca o desafio permanente de impulsionar os processos locais e fortalecer as comunidades em suas próprias iniciativas, considerando, tal como será discutido mais adiante, as transformações ocorridas desde o registro do Jongo como patrimônio cultural imaterial. Tal como afirmam os próprios detentores, o intercâmbio de saberes e experiências é importante para que a salvaguarda caminhe de maneira mais uniforme, a despeito das especificidades locais, e por isso deve ser estimulada. Considerando as atuais condições institucionais do IPHAN e a falta de perspectivas para o futuro próximo, a integração das ações e o intercâmbio com as comunidades dos outros estados são um desafio a ser enfrentado para a próxima etapa da salvaguarda do Jongo no estado de São Paulo.

IV. Sobre a formação da rede do jongo paulista e do coletivo de salvaguarda

Buscando refletir em que medida as ações de salvaguarda realizadas pelo Iphan e outros parceiros potencializaram iniciativas desenvolvidas pelos detentores antes do reconhecimento do Jongo como patrimônio cultural, cabe destacar, que essas ações dialogaram com transformações já em curso na época do registro. O diagnóstico de que “as comunidades est[ariam] ressignificando suas formas de atuação local a partir da articulação em rede no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu”, destacado do Plano de Salvaguarda de 2011, antecipa, assim, a principal transformação do Jongo enquanto expressão cultural que é a própria ideia de atuação em rede, associada à cooperação e troca entre as comunidades jongueiras e seu protagonismo na produção de sentidos sobre essa prática cultural.

Neste sentido, os encontros anuais de jongueiros ganharam uma dinâmica própria, mais localizada. A partir de uma demanda por maior aproximação e articulação entre as comunidades de São Paulo que participavam do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, os encontros passaram a ser organizados e sediados pelas próprias comunidades do estado.

O primeiro encontro foi realizado em São José dos Campos, ainda com o nome de “1º Encontro de Jongueiros do Vale”, reunindo o Jongo Mistura da Raça, Jongo de Piquete, o Jongo Quilombolas do Tamandaré, de Guaratinguetá, e o Jongo Dito Ribeiro, de Campinas. Organizado

pelo mestre Laudení, o encontro paulista pretendia contribuir para o reconhecimento e difusão do Jongo como manifestação da cultura afro-brasileira na região, e contou com o apoio do Pontão de Cultura Jongo/Caxambu e da Fundação Cultural Cassiano Ricardo (São José dos Campos), dentre outros. Desde então, os encontros ocorreram com regularidade e periodicidade anual, recebendo o nome de “Encontro de Jongueiros Paulista”: em Guaratinguetá (2011), organizado pela comunidade Quilombolas do Tamandaré; em Campinas (2012), pelo Jongo Dito Ribeiro; em Piquete (2013), pelo Jongo de Piquete; novamente em Guaratinguetá (2014), pelo Jongo do Tamandaré; em Embu das Artes (2015), pelo Jongo Embu das Artes; novamente em São José dos Campos (2016), pelo Jongo Mistura da Raça; em Indaiatuba (2017), pelo Jongo Filhos da Semente; em Cananeia (2018), pelo Jongo Tiduca; novamente em Campinas (2019), pelo Jongo Dito Ribeiro; e em 2020, pelo Jongo Zabelê, de Cubatão, que organizou o encontro e recebeu as comunidades em modo virtual, dado a necessidade de afastamento social decorrente da pandemia de Covid-19.

É importante ressaltar que o IPHAN foi um parceiro importante na realização desses encontros por meio de recursos destinados à ação de salvaguarda do Jongo, mas não o único. As comunidades construíram outras parcerias para terem condições de realizar os encontros, seja negociando com as secretarias municipais de cultura, seja acessando outros programas de incentivo, como os editais do ProAC (Programa de Ação Cultural do Governo do Estado de São Paulo) e do Cultura Viva (Ministério da Cultura), além de campanhas de financiamento coletivo. Ao longo desses anos, pelo menos quatro das comunidades jogueiras de São Paulo se constituíram como Pontos de Cultura: Jongo de Piquete, Jongo Dito Ribeiro (Campinas), Jongo Tiduca (Cananeia) e o Jongo Mistura da Raça (São José dos Campos), o que evidencia a capacidade de articulação e organização cada vez mais acurada das comunidades para lidar as políticas públicas (ainda) existentes.

A retomada do Jongo pela comunidade Dito Ribeiro esteve inserida num contexto de fortalecimento dos espaços e coletivos ligados à cultura e ao movimento negro de Campinas. O jongo foi o eixo estruturante de um conjunto de ações e conexões iniciadas anteriormente pela comunidade, mas fortalecidas a partir da ocupação da Fazenda Roseira – ressignificada, agora, como “lugar de memória” ligado à trajetória das famílias e comunidades negras que têm buscado construir novos sentidos a partir da cultura e da identidade coletiva para lidar com o racismo e os efeitos históricos do escravismo e da diáspora africana. O processo de ocupação da sede da fazenda e sua requalificação como espaço e casa de cultura contou com a colaboração constante desses mesmos coletivos e de um conjunto de parceiros, incluindo o IPHAN, desde 2008.

Esse processo de retomada do jongo pela comunidade Dito Ribeiro foi pautado tanto pela recuperação de uma trajetória familiar, quanto pela pesquisa e intercâmbio de conhecimentos associados ao jongo. Tiveram papel importante, no processo, pesquisadores e mestres referidos no Dossiê do Jongo, como Paulo Dias, da Associação Cachueira!, e mestre Daniel Reverendo, com quem Alessandra Ribeiro aprendeu sobre as rodas de jongo em oficinas promovidas pela Casa de Cultura Tainã, do mestre TC, no início dos anos 2000, além do seu convívio e acolhimento pelo Jongo do Tamandaré (Guaratinguetá) – comunidade jogueira mais antiga de São Paulo. Esse movimento de recuperação de trajetórias familiares e de pesquisa sobre a memória e conhecimentos associados ao jongo encontra correspondência na trajetória da maior parte das comunidades jogueiras em atividade hoje em São Paulo.

Dentre os grupos que buscaram recuperar o jongo a partir da tradição familiar, podemos citar o Jongo de Piquete, do mestre Gil (Gilberto Augusto Silva), que retoma o jongo em 1994, após um período de interrupção da prática na cidade. Mestre Gil tinha como referência as histórias e pontos que lhe haviam sido transmitidos pelas matriarcas da família, D. Terezinha Generosa e a Tia Dita, vindas de Minas Gerais. Nesse processo, foi importante também o papel de Daniel Reverendo e Paulo Dias, que incentivaram Gil a reunir um grupo de pessoas interessadas para as apresentações do jongo em Piquete. Outro exemplo de recuperação da tradição familiar é o Jongo Mistura da Raça, do mestre Laudení de Souza, criado em 2002 para retomar o jongo que estava “adormecido” em São José dos Campos, difundindo na cidade o conhecimento e a experiência vividos com o pai, Seu Dorvalino, renomado mestre de jongo de Barra do Piraí-RJ. Mais recentemente, a mestra Sol (Solemar Cristina da Silva), irmã do mestre Gil, organiza também o grupo de cultura popular tradicional Comunidade Jongo Embu das Artes, em 2008, renovando e mantendo ali a tradição familiar do jongo de Piquete e de seus ancestrais jogueiros vindos de Itajubá-MG. Em 2012, o Jongo Filhos da Semente, criado pela mestra Jociara Souza – filha do mestre jogueiro José Gomes de Moraes (Tio Juca), também de Barra do Piraí-RJ – reuniu uma comunidade de pessoas interessadas na manutenção do jongo em Indaiatuba.

Outro movimento importante foi o dos grupos e associações culturais que recriam/retomam o Jongo a partir de pesquisas sobre a memória e a trajetória de mestres e mestras locais, constituindo-se como comunidades e sendo reconhecidas como tais a partir da (re)experimentação dessa prática cultural, junto com outras formas de expressão e saberes associados a culturas de matriz africana, como o maracatu e a capoeira. Dentre elas estão o Jongo Zabelê, dos mestres Marco Tuim e Juliana Clabunde, que iniciam as rodas de jongo em 2009, a partir de uma cuidadosa pesquisa de memória comunitária com os moradores da Vila dos Pescadores, onde resgatam a trajetória de Maria Liberata, a Vó Bia – mulher negra, escravizada, parteira e ama de leite, que trouxe para Cubatão o conhecimento e os saberes do jongo e das congadas de Nova Olinda-MG. A comunidade do Jongo Zabelê mantém com Vó Bia uma relação de ancestralidade, cultivada também a partir da vivência e dos conhecimentos compartilhados pelo Jongo do Tamandaré. Outros exemplos importantes são o Jongo Crioulo, criado em 2014 por Licia, Avelino e Zaira – arte educadores e pesquisadores da cultura popular –, com o objetivo de reavivar a cultura afro-brasileira em Taubaté através da pesquisa e prática do jongo, construindo ali uma relação de ancestralidade com os jogueiros do bairro da Imaculada, Alto S. João e adjacências; o Jongo Tiduca, que inicia as rodas de jongo em 2015, difundindo em Cananeia e nos quilombos do Vale do Ribeira a experiência e o conhecimento transmitidos a Daniel Rodrigues, uma das lideranças da comunidade, pelo mestre Messias do Vidigal (Rio de Janeiro); e o Jongo dos Guaianás, que desde 2006 mantém a roda de jongo iniciada por Tita Reis e Monici Gomes em Guaianases, bairro da capital paulista, buscando aprofundar o conhecimento sobre a prática e o contato com outras comunidades jogueiras de São Paulo.

Muitas das comunidades mais recentes foram apadrinhadas pelo Jongo do Tamandaré – os anos de contato e vivência de lideranças e membros desses grupos com o jongo centenário de Guaratinguetá foram fundamentais para a sua iniciação nas rodas de jongo e o seu reconhecimento/participação como comunidades jogueiras no coletivo ampliado do jongo paulista. Seu reconhecimento e acolhimento seguiram a dinâmica e as regras definidas pelo próprio coletivo ao longo dos últimos 20 anos, desde o início da articulação e participação das comunidades nos Encontros de Jongueiros. Exemplos desse processo são o Jongo Dito Ribeiro, reconhecido como comunidade no VIII Encontro de Jongueiros, realizado em Guaratinguetá (2003), e mais recentemente, o Jongo Zabelê, reconhecido no VI Encontro Jongueiros Paulista (2015), realizado em Embu das Artes. Entretanto, o reconhecimento dessas “novas” comunidades não foi consensual entre todos os que participavam do coletivo do Jongo em São Paulo, existindo ali percepções distintas a respeito das tradições associadas ao jongo e discordâncias em torno do movimento de retomada em locais onde o jongo não era mais praticado. Resultado disso, o Jongo Quilombolas do Tamandaré, que participou e sediou o 2º Encontro de Jongueiros Paulista, em Guaratinguetá, terminaria se afastando das atividades do coletivo de salvaguarda e da rede de comunidades do jongo paulista. Constituído na mesma comunidade do Jongo do Tamandaré, o grupo é liderado pelo mestre Jefinho (Jeferson Alves de Oliveira), que formou a Associação Quilombolas do Tamandaré, buscando associar as práticas do jongo à luta pelo reconhecimento da comunidade como quilombo urbano.

A ideia de atuação em rede, que já vinha mudando o sentido do Jongo enquanto expressão cultural antes do registro, parece ter sido potencializada a partir da articulação promovida pelas ações de salvaguarda do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Neste sentido, percepção inicial de comunidades isoladas (remanescentes), detentoras de uma tradição e saberes associados ao Jongo, dá lugar à ideia de um coletivo ampliado, a partir do qual as trocas e intercâmbios entre as comunidades passam a definir, em larga medida, a própria forma da expressão, suas transformações e as relações construídas pelos detentores a partir do seu reconhecimento como patrimônio cultural.

A abrangência territorial do Jongo em São Paulo extrapola, assim, a área identificada como sendo a de maior ocorrência dessa forma de expressão na época do registro – o Vale do Paraíba e suas adjacências. A constituição e reconhecimento dessas novas comunidades jogueiras, a partir do deslocamento de lideranças cujas trajetórias familiares remetem a comunidades mais antigas e/ou da retomada da prática após um período de hiato, são indissociáveis, hoje, da troca e convívio entre as comunidades e da realização de pesquisas sobre memórias, narrativas e trajetórias locais associadas ao jongo.

Por isso, a dinâmica entre espetacularização e manutenção dos “aspectos culturalmente relevantes” do jongo, embora tenha sido afetada pelo reconhecimento como patrimônio, envolve outros aspectos relevantes que dialogam com a titulação e seus efeitos. As apresentações em espaços públicos, escolas e festivais têm grande importância, ou mesmo centralidade, na prática de muitas das comunidades jogueiras enquanto coletivos culturais, na sua trajetória de organização e coesão interna. O retorno financeiro e a visibilidade aferidas pelas apresentações em palco (seja em festivais, como o Revelando São Paulo, patrocinado pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, seja em programações e roteiros culturais, como os do SESC) são fundamentais para a manutenção das próprias comunidades, a difusão do Jongo como prática cultural e o fortalecimento dos vínculos e conexões entre as comunidades a partir de sua atuação em rede – característica indissociável do Jongo de hoje.

As apresentações e projetos desenvolvidos com as escolas, em parceria com secretarias de cultura e ensino locais, são também uma ação importante desses coletivos, assim como as vivências e oficinas abertas, promovidas com a participação de mestres e mestras, e pautadas por seu aspecto lúdico e didático, influenciando na percepção do Jongo e na transmissão de conteúdo/conhecimento para públicos mais amplos, especialmente jovens em situação de vulnerabilidade nas periferias das cidades e bairros próximos às comunidades. Essas ações educativas, de integração e vivência do jongo, modificam também a dinâmica de organização dos grupos, na medida em que exigem a especialização dos membros e participantes da comunidade para exercer e organizar atividades e/ou ministrar conteúdos específicos, ao mesmo tempo que foram e são determinantes para reforçar e fortalecer parcerias necessárias à gestão e permanência em espaços como o da Fazenda Roseira, pelo Jongo Dito Ribeiro, por exemplo.

As rodas de Jongo – os pontos e as histórias, as danças e o toque do tambor, os saberes associados e as memórias, ligadas a percepções sobre identidade coletiva e tradições de matriz africana – são uma porta de entrada e estão conectadas a um conjunto de outras atividades e discussões promovidas pelas comunidades, nas quais são trabalhadas a dimensão afetiva do patrimônio e as relações de pertencimento com as localidades. Alguns exemplos importantes, neste sentido, merecem destaque: os projetos educativos desenvolvidos pelo Jongo Dito Ribeiro, em particular, o Roteiro AFRO da Casa de Cultura Fazenda Roseira, que trabalha tanto a ressignificação e preservação da sede da antiga fazenda e seu entorno, a partir da perspectiva “a senzala salvou a casa grande” (título de um artigo científico de Alessandra Ribeiro), quanto a inserção e importância do Jongo no conjunto de manifestações e linguagens próprias das culturas de matriz africana em Campinas (este projeto concorreu, como finalista, ao Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade de 2019); a produção e inserção de conteúdos em diálogo com a grade curricular de ensino das escolas atendidas pela associação do Jongo Zabelê, em Cubatão (também indicado ao Prêmio Rodrigo, em 2019, tendo sido selecionado em outros prêmios e editais, como o ProAC-SP, o Prêmio Culturas Populares, da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC, e o Programa Mais Cultura nas Escolas – MinC/MEC); a inserção da temática do Jongo e sua relação com a história e a cultura das comunidades afrodescendentes na rotina das escolas de Indaiatuba, a partir da experiência profissional da mestra e pedagoga Jociara Souza, do Jongo Filhos da Semente; o projeto de caravana nas escolas da região de São José dos Campos, coordenado pelos mestres Laudení e Márcia Cunha, a partir de sua proposta de atuação e implantação do Ponto de Cultura na sede do Jongo Mistura da Raça; entre outros.

É importante ressaltar, aqui, que o acesso e as atividades desenvolvidas pelas comunidades jogueiras no espaço das escolas se mantinha restrito – como ainda acontece com outros espaços e eventos públicos – ao dia/semana da Consciência Negra. A ação pró-ativa das comunidades, entretanto, foi decisiva no sentido de deslocar essa relação e construir espaços de protagonismo na proposição dessas atividades educativas, extrapolando o cumprimento protocolar das determinações da Lei 10.639-2003 e promovendo a inclusão de novos conteúdos e vivências a partir de sua própria percepção sobre a cultura, a trajetória das comunidades negras e a política de patrimônio, bem como seus efeitos e reverberações.

O esforço de se constituírem como associações acompanha o processo de reconhecimento do jongo como patrimônio e de participação de algumas das comunidades no coletivo ampliado do Jongo paulista; outras comunidades já atuavam como associações culturais e socioeducativas anteriormente. Isso implicou em experiências distintas no acesso aos editais da área de cultura, principal fonte de recursos para a realização de projetos e manutenção das comunidades hoje. Há relatos de dificuldades por parte de algumas comunidades e situações de dependência com relação a instituições proponentes para concorrer e participar nos editais, e restrições, ainda, no caso das comunidades que ficaram limitadas a concorrer aos editais que permitem a participação de pessoas físicas como proponentes de projetos.

Relacionada ainda à discussão sobre espetacularização, a questão da padronização na configuração dos grupos possibilita dizer que, de fato, o Jongo incorpora dinâmicas diferentes nas apresentações, oficinas e vivências, seja em relação às histórias contadas sobre o jongo e a diáspora africana (aspecto didático), seja em relação aos pontos cantados, ao formato da roda e quem participa dela, ou às roupas e seus padrões (como o uso das camisetas com o logo das comunidades ou que fazem referência a eventos organizados por elas – ação estimulada no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, e incorporada à rotina das comunidades). Entretanto, essas mudanças de dinâmica e padronização estão relacionadas e inseridas, também, no contexto de intercâmbio e convivência entre os grupos e comunidades, seja nos encontros de jogueiros, seja no amplo conjunto de atividades/eventos que organizam e/ou participam (festas, festivais, saraus, encontros, debates, manifestações etc.), nos quais há sempre o convite à participação de outras comunidades de Jongo e coletivos de cultura negra ligados ao samba, maracatu, maculelê, moçambique, capoeira, entre outros.

A ressignificação de espaços públicos – outro ponto importante de atuação política e presença das comunidades jogueiras – está ligada, também, à questão das apresentações e da relação com um público ampliado, sendo um ponto importante de afirmação das comunidades. Tal como a ação realizada pela comunidade Jongo Dito Ribeiro na ocupação e gestão da Fazenda Roseira (equipamento público que vinha sendo saqueado após o loteamento do entorno), essa ressignificação dos locais encontra ressonância na ação de outras comunidades. Exemplos significativos são as ações do Jongo Filhos da Semente, que realiza rodas de jongo no Centro Cultural Casarão Pau Preto, local onde se realizava a venda de escravizados em Indaiatuba, e do Jongo Tiduca, que faz suas rodas de jongo na área central de Cananeia, onde existia

o antigo pelourinho – marco da administração e justiça colonial de uma das primeiras vilas do território ocupado por portugueses no Brasil, e onde se aplicavam os castigos, sobretudo, aos escravizados.

A relação do Jongo com práticas de devoção ligadas ao Catolicismo e às religiões de Matriz Africana é uma questão mais complexa do que nos pareceu de início. Apesar dos elementos em comum entre os repertórios da Umbanda e Candomblé e do Jongo, os registros do Dossiê indicam uma clara separação, na percepção dos mestres, entre as rodas de jongo e os espaços e práticas de devoção – possivelmente como forma de autoproteção e de evitar a discriminação historicamente dirigida às religiões de matriz africana. Entretanto, as entrevistas nos permitiram perceber, primeiro, uma preocupação das pessoas envolvidas no sentido de manter os espaços do Jongo como espaços plurais, que acolhem pessoas com diferentes sensibilidades religiosas e promovem a sua convivência; e, segundo, uma questão geracional importante, pois muitas das pessoas mais velhas das comunidades, com quem se estabelece uma relação de respeito e ancestralidade, mantêm suas crenças no Catolicismo popular, enquanto as lideranças mais jovens têm se dedicado, mais abertamente, aos cultos da Umbanda e do Candomblé. Isso explica, por exemplo, a convivência de práticas como a reza dos terços em louvor a São Benedito e Santo Antônio, mantidas em momentos importantes da sociabilidade de comunidades jongueiras como o Jongo Dito Ribeiro e o Jongo de Piquete; a lavagem das escadarias da igreja de Nossa Senhora da Conceição – promovidas por mãe Dango e mãe Corajaci, lideranças do Candomblé –, da qual participam o Jongo Dito Ribeiro e outros coletivos ligados a casas de cultura e ao movimento negro de Campinas; a festa dedicada a São Cosme, São Damião e Doum, promovida pelo Jongo de Embu das Artes; a tradicional festa de São Pedro, da comunidade Jongo do Tamandaré, em Guaratinguetá, entre outras. Essas práticas são compartilhadas pelas comunidades e reúnem um número cada vez expressivo de pessoas, tendo sido mantidas e preservadas mesmo quando mestres e mestras mais jovens assumem publicamente o seu papel de lideranças religiosas ligadas à Umbanda, como o Ogã Alge Daniel Clayton Pedro Rodrigues, do Jongo Tiduca, e a mãe Alessandra, do Jongo Dito Ribeiro. O diálogo e convivência de práticas associadas a distintas sensibilidades religiosas estão relacionados, também, a um posicionamento político, no sentido de valorizar percepções e conhecimentos associados a culturas de matriz africana e um modo de organização em que prevalecem as decisões coletivas nos espaços do Jongo. Entretanto, a questão geracional é um desafio, à medida que perspectivas distintas e, por vezes, divergentes sobre o jongo, seus sentidos e tradições, precisam ser constantemente negociadas, assim como o acolhimento de uma série de pautas associadas ao movimento negro, aos direitos e protagonismo das mulheres, à luta antirracista e à questão LGBTI+.

Cabe ressaltar, nesse ponto, uma das principais transformações em relação à estrutura interna das comunidades e aos padrões identificados como usuais de sua organização, relacionada ao progressivo protagonismo feminino e das jovens lideranças nas comunidades. Apontado nas entrevistas como resultado das atividades e reuniões de articulação, mas principalmente dos espaços de participação e capacitação promovidos durante as ações de salvaguarda do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, o lugar de liderança das mulheres nas comunidades, sua capacidade de articulação e organização das atividades, projetos e ações educativas, têm se firmado como uma realidade do Jongo enquanto manifestação cultural e espaço de mobilização política. Embora muitos dos mestres, antigos e novos, reverenciem e ressaltem o papel das mulheres na organização dos eventos, festas e espaços onde o jongo sempre aconteceu – e, ainda, sua importância para a transmissão das histórias e memórias associados ao Jongo –, o protagonismo das mulheres acontece, hoje, no centro das rodas de jongo, nos movimentos e posturas, nos temas dos pontos, nos caminhos traçados pelas comunidades, renovando sentidos e tradições. Do mesmo modo, o coletivo das Jovens Lideranças – formado durante as reuniões do Pontão como estratégia para estimular os mais jovens a se envolverem com as atividades do Jongo, e que se expandiu, incorporando jovens da maior parte das comunidades jongueiras – tem se firmado como espaço de protagonismo das novas gerações, que têm assumido papéis importantes na condução de projetos e ações comunitárias, além de propor novas pautas e sentidos para o Jongo. Neste ponto, a ação de salvaguarda, enquanto ação coletiva e cooperativa, parece ter favorecido não somente a transmissão e manutenção de tradições e conhecimentos associados à prática cultural, mas sua renovação e transformação dinâmica. Necessário apontar que esse processo de renovação é bem recebido pelos mais velhos; discordâncias e visões distintas sobre o Jongo são negociadas no espaço das comunidades. Entretanto, alguns mestres manifestam seu receio diante do progressivo abandono das demandas e improvisos do jogo de responsório que caracteriza os pontos cantados nas rodas de Jongo (com cantos de desafio e resposta), seja pelo desaparecimento dos mestres mais velhos, que estimulavam essa prática, seja pelo perfil dos encontros que marcam a convivência atual das comunidades jongueiras e caracterizam sua relação enquanto rede colaborativa.

Os pontos, hoje, agregam outros sentidos e formas distintas do repertório conhecido à época do registro, incorporando temas e questões relacionadas ao cotidiano das comunidades e suas novas configurações. Na maior parte das vezes, há diferenças significativas no repertório cantado nos espaços privados das comunidades, nos encontros de jongueiros e nos espaços públicos (palcos, praças e escolas); entretanto, há também comunidades cujo repertório – e o próprio sentido de organização como coletivo – está voltado para as apresentações, sobressaindo seus aspectos didático e lúdico.

Sobre a definição do Jongo como “forma de expressão”, e sua inscrição no livro de registro correspondente, é possível acrescentar que o Jongo também pode ser entendido como forma linguística, indo de encontro, neste sentido, à descrição do Manual do INRC, que considera “formas de expressão” como “formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região”. Considerando a centralidade dos pontos cantados – seus versos e o jogo de responsório –, bem como a transmissão e a troca de repertório entre as comunidades jongueiras a partir da constituição de um coletivo cada vez mais ampliado, o Jongo parece extrapolar a limitação da definição descrita no Manual, sugerindo uma possível revisão da categoria “formas de expressão”, sua definição e aplicação.

A diversidade do Jongo – associada a diferentes realidades e formas de como era praticado pelas comunidades – mantém-se ainda como uma característica importante, dialogando, agora, com a percepção de uma identidade particular de cada comunidade, construída na relação com o coletivo ampliado de grupos e comunidades. Essa diversidade do Jongo passa a conviver, desde o início dos Encontros de Jongueiros, com a troca de experiências, histórias e repertórios compartilhados, cujo conhecimento aprendido e transmitido vêm legitimar, coletivamente, a constituição e o reconhecimento de novas comunidades, seguindo critérios e dinâmicas internas definidas pelo próprio coletivo.

O processo de registro do Jongo, entretanto, destacou tanto a diversidade da prática nas comunidades quanto sua “unidade”, considerando as características comuns do Jongo praticado em diferentes localidades. Por um lado, o desenvolvimento local/estadual dos coletivos de salvaguarda e sua expansão, suas dinâmicas distintas de organização e mobilização, colocam como desafio pensar numa “unidade” para a manifestação cultural, uma vez que a dinâmica de interação entre as comunidades parece ser um fator determinante para a transformação das “condições de produção e reprodução” do Jongo enquanto patrimônio cultural. Por outro lado, ainda, há o esforço de parte das comunidades de manter os laços e vínculos construídos em âmbito regional antes do registro, com os Encontros de Jongueiros e a Rede de Memória do Jongo, e em certa medida reforçados no contexto de articulação das ações de salvaguarda do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Exemplos disso são os convites feitos a comunidades do Rio de Janeiro para participar dos eventos e festivais organizados pelas comunidades de São Paulo, reforçando vínculos familiares, como os do Jongo Mistura da Raça e do Jongo Filhos da Semente, e afetivos,

como os do Jongo Dito Ribeiro e do Jongo do Tamandaré. Outro exemplo importante foi a participação de comunidades dos quatro estados do Sudeste no III Encontro Estadual de Jongos e Caxambu do Espírito Santo (2019), citado anteriormente.

Segundo as lideranças entrevistadas, a apropriação cultural e o assédio de terceiros são uma preocupação quando pessoas e grupos que não têm vínculos diretos com o coletivo do Jongo paulista – e não são admitidos a partir de suas regras e dinâmicas próprias – passam a concorrer em editais e disputar espaços de apresentação voltados à valorização da cultura popular. Muitas vezes, mestres mais antigos e comunidades que ainda não conseguiram se organizar em associações são preteridos por agentes culturais, ou mesmo por comissões de avaliação de editais públicos, em favor de grupos que têm mais familiaridade ou capacitação para fazer a prestação de contas dos projetos desenvolvidos. Essa questão tem exigido um esforço permanente, por parte das lideranças e membros das comunidades jongueiras, no sentido de sensibilizar/convencer as instâncias de decisão e comissões responsáveis, com o objetivo de valorizar os mestres e grupos reconhecidos como tradicionais pelas próprias comunidades.

V. Centro de Referência do Jongo de Campinas

O Centro de Referência do Jongo de Campinas foi constituído a partir da confluência de dois fatores: a luta da Comunidade Jongo Dito Ribeiro para transformar a antiga sede da Fazenda Roseira num espaço de promoção e difusão das culturas de matriz africana e o interesse do IPHAN em colaborar para que esse espaço estivesse integrado ao processo de salvaguarda do Jongo no Sudeste. Na época em que essa proposta ganhou forma, havia pouco tempo que o Plano de Salvaguarda do Jongo (2011) fora concluído e aprovado.

A sede da Fazenda Roseira é um casarão construído no final do século XIX e se tornou equipamento público em 2007, quando o terreno da fazenda foi loteado e vendido. Apesar de sua antiguidade, o imóvel não conta com qualquer tipo de proteção legal, não tinha destinação definida e era alvo de depredação sistemática, tendo sido ocupado por um movimento coordenado pela Comunidade Jongo Dito Ribeiro e outros grupos campineiros ligados a movimentos sociais e culturais de matriz africana, já organizados em rede na época. A Associação do Jongo Dito Ribeiro (reconhecida por Lei como órgão de utilidade pública municipal em 2013) assumiu a gestão do imóvel desde 2008, utilizando como estratégia para sua permanência no local a realização de um conjunto de atividades culturais e educativas que têm como eixo, segundo a sua própria definição, “os valores humanos e a ética cidadã, através da arte, cultura, educação e cosmovisão de matriz africana”.

Embora a ocupação da sede e sua constituição como Casa de Cultura tenha contribuído para reduzir os saques e as depredações, havia ainda a necessidade de formalizar a presença dos movimentos sociais e o uso do equipamento público por eles, de modo que as atividades desenvolvidas ali pudessem se tornar perenes. A Associação do Jongo Dito Ribeiro protocolou um pedido de permissão de uso junto à Prefeitura de Campinas e solicitou o apoio institucional do IPHAN nesse processo. Além de reforçar a demanda junto ao poder público municipal, o IPHAN apresentou a proposta de transformar o imóvel no Centro de Referência do Jongo, que seria gerido pela própria comunidade jongueira e lhe asseguraria o uso de caráter público, contribuindo para a salvaguarda de um bem imaterial reconhecido como patrimônio cultural brasileiro.

Os processos correram em paralelo. Enquanto a Prefeitura cuidava da cessão do imóvel, o IPHAN lançou edital de chamamento público para a criação do Centro de Referência do Jongo de Campinas. O valor investido foi de R\$ 350.000,00 e todo o projeto foi desenvolvido numa parceria entre o Núcleo Interdisciplinar de Narradores e Agentes Culturais (NINA) e o Jongo Dito Ribeiro entre os anos de 2014 e 2016, quando foi oficialmente constituído o Centro de Referência Jongueiras e Jongueiros do Sudeste, integralmente mantido pelo Associação do Jongo Dito Ribeiro. Em 2015, a Prefeitura de Campinas oficializou, por meio de Decreto municipal, a permissão de uso do imóvel por prazo indeterminado, estabelecendo como finalidade a “implantação pela permissionária do Centro de Referência do Jongo Sudeste, na Casa da Cultura da Fazenda Roseira, e, no âmbito da área na qual se permite o uso para desenvolver todas as atividades correlatas e necessárias à preservação e difusão da cultura afro-brasileira, com ênfase na preservação e difusão da cultura do Jongo” (Art. 1º, §1º).

A mobilização da comunidade e a disponibilidade de recursos financeiros possibilitou que o Centro de Referência realizasse ações que foram além da criação de um espaço físico para a promoção do Jongo. Duas delas, em particular, apresentam especial interesse para a continuidade do processo de salvaguarda: o mapeamento realizado e interlocução com as comunidades jongueiras do estado de São Paulo e a construção do plano de salvaguarda para a Comunidade Jongo Dito Ribeiro em Campinas, reforçando o reconhecimento obtido com a Lei e Registro do Jongo como Patrimônio Cultural Imaterial de Campinas (2013).

O projeto do Centro de Referência teve um papel importante no sentido de documentar e registrar a trajetória e a memória das comunidades de Jongo na área de abrangência do Estado de São Paulo, suas relações com a localidade e o território, não somente daquelas que já compunham o coletivo ampliado da salvaguarda do jongo em São Paulo, mas também de outras comunidades cujas informações haviam sido levantadas na época do registro. Essa experiência foi importante, também, no sentido de mapear e discutir as demandas e vulnerabilidades a que estavam sujeitas as comunidades, em diálogo com os pontos tratados no Plano de Salvaguarda de 2011, constituído ainda durante as atividades do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

A organização e execução do projeto, em particular as fases de capacitação continuada e de pesquisa junto a outras comunidades de jongo de São Paulo, cumpriram um papel importante no sentido de fortalecer as lideranças envolvidas – mulheres negras, jovens, com formação acadêmica (e aí o vínculo importante com outras políticas públicas de acesso e inclusão, como a política de cotas e financiamento para educação superior – de gerir uma pesquisa sobre o Jongo e constituir um lugar de referência, registrar memórias e trajetórias, construir sentidos e significados, com base no conhecimento apropriado e desenvolvido a partir de seu lugar de fala. Há um deslocamento fundamental neste projeto, que merece ser registrado: não são os especialistas do patrimônio ou das universidades conduzindo a pesquisa sobre as comunidades jongueiras, com a sua participação – são as próprias lideranças, falando de si, construindo sentidos a partir de sua formação, de sua experiência, produzindo conhecimento em diálogo e com o domínio do vocabulário, dos conceitos do campo e das políticas de patrimônio. Neste sentido, o Centro de Referência fortaleceu a relação de pertencimento em relação às narrativas e categorias do patrimônio, pensados a partir de um outro lugar, que é o dos detentores, inspirando movimentos semelhantes – de pesquisa de memória e ressignificação do patrimônio – dentro da própria rede do Jongo que se constituía e se expandia em São Paulo.

Neste sentido, o Centro de Referência foi uma iniciativa importante para a própria trajetória de reconhecimento da comunidade Jongo Dito Ribeiro em Campinas, e enquanto estratégia para consolidar sua permanência como coletivo responsável pela gestão da Fazenda Roseira, tendo o Jongo como elemento estruturante de suas ações. A constituição desse “lugar de memória”, sua ressignificação e gestão, foram fundamentais para o processo de permissão de uso da Fazenda como equipamento público e casa de cultura pela prefeitura municipal de Campinas, oficializado em 2015.

O Centro de Referência foi fundamental, também, no sentido de reforçar as redes e parcerias construídas pelo Jongo Dito Ribeiro, potencializando a capacidade de mobilização necessária à construção do Plano de Salvaguarda da Comunidade Jongo Dito Ribeiro (2018), realizado com recursos do ProAC-SP e com a colaboração de uma rede de parceiros e interlocutores envolvidos no projeto – incluindo o IPHAN, as secretarias municipais de cultura e educação, universidades (USP, Unicamp e PUC-Campinas) e coletivos de cultura de Campinas e região, entre outros. Cabe ressaltar, entretanto, que as lideranças da comunidade Jongo Dito Ribeiro veem o Centro como um projeto já realizado, constituído como lugar de referência do jongo em Campinas, sem a pretensão de coordenar ou centralizar as ações e iniciativas de fortalecimento e manutenção do jongo em São Paulo ou no Sudeste. Neste sentido, parece prevalecer a percepção de que as comunidades jogueiras têm autonomia para conduzir suas próprias atividades e projetos, ainda que sejam construídas em cooperação e compartilhadas com o coletivo do jongo paulista e outros coletivos ligados à cultura negra. Atualmente, o Centro abriga uma programação completa de atividades que promovem as memórias da ancestralidade negra e as identidades de matriz africana, atividades estas que estão direta ou indiretamente relacionadas à prática do Jongo.

Apesar da notável capacidade de mobilização e organização das comunidades jogueiras – o que se evidencia pela extensa lista de eventos e atividades que realizam e/ou participam, incluindo as festas e festivais, as rodas de discussão, os lançamentos de livros e documentários, as oficinas, cursos e vivências –, algumas vulnerabilidades registradas pela pesquisa do Centro de Referência ainda se mantêm, relacionadas, principalmente, ao trato e interlocução com os poderes públicos locais. Muitas das comunidades buscam e reivindicam, ainda, uma sede para o Jongo, dada a situação de insegurança quanto à manutenção dos espaços onde são realizadas as rodas de jongo e demais atividades organizadas pelas famílias e comunidades jogueiras. Mesmo quando há a conquista de uma sede própria, como no caso da permissão de uso da Fazenda Roseira, ainda faltam apoio e recursos necessários para a manutenção e segurança do local, resultando numa situação de vulnerabilidade por parte da comunidade, que convive com repetidas invasões, furtos e depredação do imóvel, além de constantes incêndios no entorno da sede da fazenda. Há uma cobrança justificada das lideranças, neste caso, quanto a uma presença mais efetiva do IPHAN – como órgão responsável por coordenar a política de salvaguarda do jongo enquanto patrimônio cultural reconhecido –, no sentido de articular e promover essas e outras demandas das comunidades junto aos poderes públicos locais.

A organização das comunidades jogueiras de São Paulo parece ter acentuado ou aprofundado uma característica já bastante relevante com relação à definição do Jongo como expressão cultural à época do registro, mas que foi pouco explorada no Dossiê – a articulação e intercâmbio entre as comunidades, e o funcionamento/cooperação em rede –, característica que pode ser associada também às comunidades do ES, MG e, sobretudo, RJ, com maior ou menor protagonismo das comunidades e seus parceiros, e que se soma à ideia de um patrimônio de abrangência e representatividade na região Sudeste.

VI. Conclusão

Ante tudo o que foi apresentado, esperamos ter alcançado o objetivo de demonstrar que o Jongo permanece uma manifestação cultural viva e pujante no estado de São Paulo. As mudanças intensas que ocorreram ao longo dos últimos 15 anos, e que buscamos apresentar nas páginas precedentes, serviram apenas para reforçar o significado da prática entre os seus detentores e o papel do Jongo como poderoso marcador de identidade.

Por essa razão, quando questionados sobre a revalidação do título de patrimônio cultural brasileiro ao Jongo no Sudeste, as lideranças jogueiras do estado de São Paulo que compõem a rede do Jongo paulista foram unânimes em manifestar seu parecer favorável à manutenção dessa condição e, portanto, à revalidação do título.

E nós, os técnicos que elaboramos este Parecer Técnico e tivemos a oportunidade de dialogar com os detentores e observar a sua relação com o bem cultural, corroboramos com esse parecer, manifestando nossa concordância com a revalidação do título de patrimônio cultural brasileiro ao Jongo no Sudeste.

É este o parecer, que submetemos à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Monteiro Rabelo, Técnico I**, em 18/10/2021, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Domingues, Técnico I**, em 18/10/2021, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3035939** e o código CRC **18F9748B**.